

RESUMO DA PROPOSTA DE PROGRAMA DE GOVERNO – Lusa, 7/11/2015

O PS espera que o défice fique abaixo dos 3% já em 2016, apesar de se comprometer, até ao final da legislatura, com medidas como a reversão dos cortes salariais, o fim da sobretaxa e o descongelamento das pensões.

A proposta de programa de Governo apresentada neste sábado pelo PS já incorpora as medidas resultantes das negociações mantidas com o Partido Comunista Português (PCP), com o Bloco de Esquerda (BE) e com o Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV).

No seu longo discurso perante a Comissão Nacional do PS, o secretário-geral socialista, António Costa, reiterou que “um governo pós-eleitoral que se faça agora na Assembleia da República é tão legítimo como o acordo de governo pós-eleitoral que se fez na anterior legislatura entre PSD e CDS”.

No entanto, Costa afirmou que cabe agora à Comissão Política dos socialistas, no domingo, avaliar as condições políticas de estabilidade ainda em negociação com os outros partidos de esquerda para a existência de um governo de legislatura.

Eis as principais medidas incluídas na proposta de programa de Governo do PS:

Função Pública

O PS comprometeu-se a proceder a uma reversão dos cortes salariais aplicados aos funcionários públicos desde 2011 de forma “mais rápida”, ocorrendo “o fim dos cortes salariais e a reposição integral dos salários da função pública durante o ano de 2016”.

Esta reposição será feita "de forma gradual", estando os termos da medida especificados: “25% no primeiro trimestre; 50% no segundo; 75% no terceiro; 100% no quarto”.

O partido de António Costa pretende proceder ao descongelamento das carreiras “a partir de 2018”, bem como à “eliminação das restrições à contratação dos efectivos necessários da administração pública” e ao regresso ao regime das 35 horas semanais de trabalho, sendo que estas duas últimas medidas terão de ser aplicadas “sem implicar aumento dos custos globais com pessoal”.

Além disso, o PS compromete-se ainda com “o fim do regime de requalificação/mobilidade especial” na administração pública, segundo um documento que sintetiza as principais medidas do programa do Governo socialista que foi entregue hoje aos jornalistas. Já na proposta de programa do Governo, os socialistas indicam apenas que, se forem governo, vão proceder à “revisão do regime da requalificação de trabalhadores em funções públicas”.

O regime de requalificação prevê a colocação de funcionários públicos em inactividade, a receberem 60% do salário no primeiro ano e 40% nos restantes anos.

Sobretaxa de IRS

O PS pretende fazer uma “correção ao enorme aumento de impostos sobre as famílias” e, para isso, compromete-se a extinguir a sobretaxa em sede de IRS “entre 2016 e 2017”.

Aumento do Salário Mínimo Nacional

O PS pretende aumentar o salário mínimo nacional gradualmente para que atinja os 600 euros em 2016, adiantando que vai propor “em sede de concertação social” uma trajectória que permita cumprir este objectivo.

O partido liderado por António Costa define mesmo qual a trajectória que vai apresentar aos parceiros sociais, adiantando que o salário mínimo será de 530 euros em 2016, de 557 euros em 2017 e de 580 euros em 2018, antes de chegar aos 600 euros em 2019.

Pensões

No seu programa do Governo, o PS promete o “aumento anual das pensões” já a partir de Janeiro, uma medida que pretende implementar através da reposição da norma da Lei n.º53-B/2006, relativa à actualização das pensões.

Esta norma estava suspensa desde 2010 e a sua reposição permite “pôr fim a um regime de radical incerteza na evolução dos rendimentos dos pensionistas”.

O descongelamento das pensões era uma das principais exigências do BE e a medida acabou por constar do programa do Governo do PS.

O líder socialista, António Costa, afirmou em entrevista à SIC na sexta-feira que fica garantido que, “tendo em conta o nível baixo actual da inflação, ninguém terá uma redução efectiva e que haverá sempre uma valorização das pensões”.

Quanto à Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) em relação às pensões de valor mais elevado que actualmente está em vigor, interrogado sobre a sua manutenção, o secretário-geral do PS sinalizou, na mesma entrevista, a sua eliminação.

Salário mínimo

Em relação à evolução do **salário mínimo nacional**, o líder socialista disse que, na

sequência das conversações com as outras forças da esquerda, "está previsto no programa que o valor de **600 euros seja alcançado ao longo da legislatura, com um aumento real todos os anos**".

"Haverá um aumento real **ao longo da legislatura um aumento de 10%** relativamente ao salário atual", declarou António Costa.

Salários da função pública

Já sobre o ritmo de **reposição dos salários da administração pública, em vez de ser em dois anos, tal como previa inicialmente o programa eleitoral socialista, agora prevê-se que seja feito "um aumento de 25% em cada trimestre de 2016, de forma a que no último vencimento do próximo ano já tenham sido repostos integralmente"** os cortes aprovados no âmbito do Orçamento do Estado para 2011.

Saúde

O PS prevê também **reduzir as taxas moderadoras do Serviço Nacional de Saúde (SNS), eliminar algumas taxas de urgência e repor o transporte de doentes não urgentes**. Também está previsto a revogação o diploma que cria taxas moderadoras para quem recorre ao aborto, revela a proposta de programa de Governo hoje apresentado.

Sobretaxa do IRS

No que respeita à eliminação da **sobretaxa de IRS** em dois anos, conserva-se aquilo que **estava inscrito no programa eleitoral do PS, sendo metade retirada em 2016 e outra metade em 2017**.

IVA da restauração

Tal como o PS propôs no seu programa eleitoral, no programa de um Governo socialista, segundo António Costa, **o IVA da restauração baixa para 13% a partir de janeiro**.

IVA da eletricidade

Nos pontos referentes ao **IVA social do gás e eletricidade**, matérias em que o PCP fez exigências para uma descida para 6%, **Costa afastou esse cenário**.

"Haverá uma medida para tornar eficaz a tarifa social que hoje existe e que permitirá às famílias mais carenciadas poderem ter um menor custo com a energia. **Não vai para os 6% e não haverá uma alteração da taxa nominal do IVA da eletricidade num prazo fixado**", frisou.

IRS

Em relação à **reforma dos escalões do IRS**, o secretário-geral do PS disse que **será constituído um grupo de trabalho** tendo em vista proceder à revisão de legislação fiscal durante 2016. Mas vai haver **avermelhamento dos benefícios fiscais e é eliminada a regra do "quociente familiar"** e criada a **regra da dedução por filho**.

Pensões

Relativamente a uma das principais exigências do Bloco de Esquerda perante o PS, o **descongelamento das pensões**, o líder socialista afirmou que um Governo por si liderado irá **"repor em vigor um diploma que se encontra suspenso e que regula o processo de atualização** de pensões em função da inflação".

Ferriados

Os feriados de 5 de outubro e 1 de dezembro vão ser repostos. Os religiosos serão negociados com o Vaticano.

Privatizações

Nas privatizações, PS garante que a maioria do capital da TAP fica no Estado. Serão anuladas as concessões e privatizações nos transportes coletivos de Lisboa e Porto. A proposta de programa de Governo do PS prevê ainda **reverter a fusão dos sistemas de captação de água em alta e travar a privatização da Empresa Geral do Fomento**, gestora do tratamento de resíduos sólidos.

TSU

Quanto à TSU, haverá uma redução até 4% nos salários inferiores a 600 euros. Nas empresas, não desce,

O PS prevê também **repor os valores de 2011 do Abono de Família e do RSI**.

Educação

O PS compromete-se a **reduzir progressivamente o número de alunos por turma e tornar gratuitos os manuais escolares do ensino obrigatório**.

O PS pretende também **"avaliar o processo de transferência de competências para as autarquias ao nível do ensino básico e secundário**, garantindo que não diminui a autonomia pedagógica das escolas".

Despedimentos

O PS desistiu do despedimento conciliatório, medida que constava no seu programa

eleitoral e que era uma condição do Bloco de Esquerda (BE) para um acordo, mas que PSD/CDS-PP ainda admitiram introduzir na tentativa de uma aproximação aos socialistas.

"Não constará do Programa do Governo o regime conciliatório", escrevem os socialistas na proposta de Programa de Governo hoje apresentada e que deverá ser aprovada no domingo na Comissão Política do PS.

Defesa

PS mantém exatamente as mesmas prioridades na área da Defesa que tinha no programa eleitoral socialista, sublinhando, por exemplo, que as Forças Armadas são "um instrumento essencial de política externa, nomeadamente no contexto da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte, ou NATO, na sigla em inglês), da UE, da ONU e da CPLP".